

BOLETIM

UNIVERSAIS e INTERDEPENDENTES

Comissão de Direitos Humanos

VOLUME II
1ª EDIÇÃO
AGOSTO DE 2026

 Conselho
Federal de
Psicologia

Matriarcado Afro-Brasileiro:

O Futuro da
Saúde Mental
também
é ancestral

Luara Christina
Silva Matos

pág. **23**



A Migração Indígena Transnacional e a Produção Institucional das Vulnerabilidades no Brasil

Henrique Galhano Balieiro
Laura Elvira
Lopez Queslloya

pág. **29**



Psicologia e mulheridades: teorias e práticas no enfrentamento à violência de gênero

Jaqueline Gomes de Jesus

pág. **17**



Psicologia, Inteligência artificial e Direitos Humanos

Claudio Brites

pág. **27**



Letramento Racial Indígena

Vanessa Terena
Priscila Góre Kaingang
Vitória Christine
Lisboa de Andrade

pág. **19**



Saudação
Presidenta
pág. 6

Saudação
Conselheiras
pág. 8

Pessoas
membras
da Comissão
pág. 9

Depoimentos
pág. 33

EXPEDIENTE

© 2026 Conselho Federal de Psicologia

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.

Disponível também em: www.cfp.org.br

Volume 2 | 1ª edição | 2026

Referências bibliográficas conforme ABNT NBR

Direitos para esta edição — Conselho Federal de Psicologia | SAF/SUL | Quadra 2 | Bloco B | Edifício Via Office
Térreo | Sala 104 | CEP 70070-600 | Brasília/DF

(61) 2109-0107 | ascom@cfp.org.br | www.cfp.org.br

Agosto/Setembro/Outubro de 2026

BOLETIM - UNIVERSAIS E INTERDEPENDENTES | Volume 2 | 1ª edição**Coordenação Geral/CFP**

Emanuelle Santos Silva | Superintendência de Governança e Gestão Estratégica (SUPGOV)

Lisly Telles de Barros | Superintendência Técnica (SUPTEC)

Valter Marcos Monteiro Fortes | Superintendência Administrativa e Financeira (SUPAF)

Gerência de Relações Institucionais

Hugo Felipe da Silva Lima | Gerente

Hibson da Silva | Assessor

Taynah Alves Marques | Assessora

Eduardo Gabriel Deciles da Silva | Técnico Administrativo

José Paes de Lira Neto | Estagiário

Gerência de Comunicação

Tomas Edson Silveira Rodrigues | Gerente (Jornalista - MTB 16555)

Projeto Gráfico e Diagramação | Gueldon Brito**Comissão de Direitos Humanos**

Jaqueline Gomes de Jesus | Conselheira e Coordenadora da CDH

Vanessa Terena (Vanessa Silva de Souza) | Conselheira e Coordenadora da CDH

CONTRIBUÍRAM PARA ESTA EDIÇÃO**Como autora, autor ou coautor(as) de artigo:****Letramento Racial Indígena**

Vanessa Terena (Vanessa Silva de Souza)
Psicóloga indígena Terena, conselheira do CFP,
coordenadora da CDH e mestranda (UFMS).

Priscila Góre Kaingang

Psicóloga indígena Kaingang, especialista em TCC,
ex-vice-presidente do CRPRS e cofundadora do GT
Guarita pela Vida.

Vitória Christine Lisboa de Andrade

Psicóloga clínica, perita judicial no CE, especialista
no SUS/Saúde da Família (Fiocruz) e psicóloga
indigenista.

**Matriarcado afro-brasileiro: o futuro da
saúde mental também é ancestral**

Luara Christina Silva Matos

Psicóloga escolar e educacional e Membro da
Comissão de Direitos Humanos CFP

**Psicologia, Inteligência artificial e Direitos
Humanos**

Claudio Brites

Psicólogo, Psicanalista clínico, professor e Membro
da Comissão de Direitos Humanos CFP

**A migração indígena transnacional
e a produção institucional das
vulnerabilidades no Brasil**

Henrique Galhano Balieiro

Psicólogo especialista em Direitos Humanos e
Cidadania e Membro da Comissão de Direitos
Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

Laura Elvira Lopez Queslloya

Mulher migrante, indígena andina, Bacharel em
Nutrição, Psicóloga e integrante do coordenadora
do Coletivo de Mulheres Migrantes.

Com depoimento:

Cód1go [não binário]

Uma organização da sociedade civil que trabalha
para que a diversidade, a inclusão e a equidade
estejam no cerne das práticas de tecnologia
e política, para garantir que soluções nesses
setores sejam desenvolvidas e implementadas
de maneira a proteger e defender os direitos e as
liberdades de todos, inclusive das comunidades
marginalizadas e vulneráveis, realizando a
potencialidade transformadora da tecnologia e
não a deixando submetida ao lucro e interesses
privados de poucos.

Raquel Jenipapo

Mulher indígena do Povo Jenipapo-Kanindé,
Jovem liderança, Assistente Social, Analista
Socioambiental no Instituto Internacional de
Educação no Brasil (IEB) e Pós-graduada
em Direitos de Crianças e Adolescentes,
Interculturalidade e Mudanças Climáticas pelo
Programa de Pós – Graduação em Educação da
Universidade de Brasília (PPGE/FE)

Marlise Mattos

Professora Titular de Ciência Política na
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Atualmente é coordenadora executiva do Núcleo
de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) e
foi eleita co-presidenta do RC32 “Mulher, Gênero
e Sociedade/Women, Gender and Society” da
Associação Internacional de Sociologia (ISA) para
os anos de 2025/2027.

FOTOS

Psicologia e Mulheridades: teorias e práticas no enfrentamento à violência de gênero

Pág. 18 e 1- Rio de Janeiro (RJ), 26/07/2026 - XII Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro, na orla de Copacabana. Mobilização integra a 12ª edição do Julho das Pretas e reúne organizações de mulheres negras em defesa da democracia, do combate ao racismo, da reparação e do bem viver.

Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2026-07/xii-marcha-das-mulheres-negras-1785097306-7>

Pág. 19 - Brasília (DF), 08/03/2026 Ato 8 de Março - Dia Internacional das Mulheres em Brasília. Foto; Valter Campanato/Agência Brasil
Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2026-03/ato-8-de-marco-em-brasilia-1772997841>

Letramento Racial Indígena

Pág. 20 e 1 - Rio de Janeiro (RJ), 25/08/2025 - Taily Terena, do Instituto Memória e Ciência Indígena, debate mudanças climáticas e soluções no Rio Climate Action Week, no Museu do Amanhã.

Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2025-08/rio-climate-action-week-no-museu-do-amanha-1756159482-3>

Pág 21 - Terra Indígena Apyterewa (PA), 11/12/2025 - Indígenas na aldeia Apyterewa. Foto: Bruno Peres/Agência Brasil
Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2026-02/desintrusao-na-terra-indigena-apyterewa-1772226212-2>

Pág 22 - Amarildo Oliveira, um dos líderes da Aldeia Mata Verde Bonita (Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã), comunidade indígena da etnia mbya guarani, localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) de Maricá. Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil
Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2026-07/restinga-de-marica-e-o-foco-de-um-conflito-socioeconomico-e-1783530119-0>

Matriarcado afro-brasileiro: o futuro da saúde mental também é ancestral

Pág 24 e 1 - Mãe Meninazinha de Oxum em seu terreiro, Ilê Omolu Oxum, na Baixada Fluminense.

Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2024-03/memorias-da-ditadura-nos-terreiros-do-rio-1711653616>

Pág 25 - Rio de Janeiro (RJ), 26/07/2026 - XII Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro, na orla de Copacabana. Mobilização integra a 12ª edição do Julho das Pretas e reúne organizações de mulheres negras em defesa da democracia, do combate ao racismo, da reparação e do bem viver.

Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2026-07/xii-marcha-das-mulheres-negras-1785097301-3>

Psicologia, Inteligência artificial e Direitos Humanos

Pág 28 e 1 - Crianças com perfil aberto em redes sociais. Ian Fernandes de Alencar. Foto: Bruno Peres/Agência Brasil

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2025-01/criancas-com-perfil-aberto-em-redes-sociais-1738072466>

Pág 29 - Brasília (DF) 16/08/2024 - Uso de internet avança no país entre idosos Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2024-08/uso-de-internet-avanca-no-pais-entre-idosos-1723824789>

A Migração Indígena Transnacional e a Produção Institucional das Vulnerabilidades no Brasil

Pág 30 e 1 - Indígenas venezuelanos, da etnia Warao, são acolhidos no abrigo Janokoida, em Pacaraima.

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2018-08/indigenas-venezuelanos-sao-acolhidos-no-abrigo-janokoida-em-pacaraima-1582311558-8>

Pág 32 - Indígenas venezuelanos, da etnia Warao, são acolhidos no abrigo Janokoida, em Pacaraima. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2018-08/indigenas-venezuelanos-sao-acolhidos-no-abrigo-janokoida-em-pacaraima-1582311558-6>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA XX PLENÁRIO | GESTÃO 2025/2028

CONSELHEIRAS EFETIVAS

Ivani Francisco de Oliveira
Presidenta

Thessa Guimarães
Vice-presidenta

Ana Carolina Freire Lopes
Secretária

Claudia Simões Carvalho
Tesoureira

Marcela Acioli de Nazaré
Conselheira Secretária Região Norte

Natália Campos da Silva
Conselheira Secretária Região Nordeste

Vanessa Terena (Vanessa Silva de Souza)
Conselheira Secretária Região Centro-Oeste

Liliane Cristina Martins
Conselheira Secretária Região Sudeste

Miriam Cristiane Alves
Conselheira Secretária Região Sul

Jaqueline Gomes de Jesus
Conselheira 1

Maria do Socorro Pimentel da Silva |
Conselheira 2

CONSELHEIRAS SUPLENTES

Leandro Amorim Rosa
Conselheiro Suplente Região Norte

Rômulo Mafra Cruz
Conselheiro Suplente Região Nordeste

Thaynara Sipredi Souza Silva Xerente
Conselheira Suplente Região Centro-Oeste

Annie Louise Saboya Prado
Conselheira Suplente Região Sudeste

Rafael Wolski de Oliveira
Conselheiro Suplente Região Sul

Ana Flávia Vieira de Mattos
Conselheira Suplente

Andréa Regina Marques Chamon
Conselheira Suplente

Daniel Caldeira de Melo
Conselheiro Suplente

Zeca Carú de Paula Seabra Moreira Ribeiro
Conselheiro Suplente

Cristiano de Jesus Andrade
Conselheiro Suplente 1

Deivison Warlla Miranda Sales
Conselheiro Suplente 2

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO CFP

Alexander Moraes de Oliveira (CRP 10/07974)

Caio Fadul dos Santos (CRP 03/28778)

Claudio Donizetti Brites da Silva
(CRP 06/135998)

Dalcira Ferrão (CRP 04/26763)

Henrique Galhano Balieiro (CRP 04/46512)

Ibson Eduardo Batista (CRP 08/19822)

Jaqueline Gomes de Jesus (CRP 05/49337)

Josiane Emilia do Nascimento Wolfart
(CRP 14/061449-0)

Julia Pereira Bueno (CRP 02/28736)

Luara Christina Silva Matos (CRP 22/04324)

Millena Victoria de Sousa

Faustino Queiroz (CRP 21/02629)

Priscila Góre Emílio (CRP 07/23970)

Rafael Osório Ventimiglia dos Santos
(CRP 10/10601)

Renata Cristiane Araujo de
Lima Pierre Louis (CRP 12/14482)

Tales Sumekwa Rodrigues Xerente
(CRP 23/002730)

Vanessa Silva de Souza (CRP 14/07450-9)

Vitória Christine Lisboa de Andrade
(CRP 11/09635)

Saudação Presidenta

Apresentamos a primeira edição do **Boletim da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia na gestão do Plenário 2.0, com alegria e senso de responsabilidade coletiva.**

A história da Psicologia brasileira se entrelaça, de forma indissociável, com a luta pela democracia, pela dignidade humana e pela construção de uma sociedade mais justa. Ao longo de quase três décadas, a Comissão de Direitos Humanos tem sido um dos espaços mais potentes dessa trajetória, mobilizando a categoria para refletir, denunciar violações, construir alternativas e afirmar que a defesa dos direitos humanos é parte constitutiva de nossa ética, de nosso compromisso profissional e de nossa presença na sociedade.

Neste ciclo de gestão, conduzido por um plenário majoritariamente feminino, negro e indígena, reafirmamos a convicção de que a Psicologia precisa estar cada vez mais próxima das realidades vividas pela sociedade brasileira. Uma Psicologia que escuta os territórios, reconhece as desigualdades estruturais e compreende que o sofrimento psíquico não pode ser analisado de forma desvinculada das condições concretas de vida, das opressões históricas e dos processos de exclusão que atravessam milhões de pessoas em nosso país.

O Plenário 2.0 assumiu o compromisso institucional de consolidar uma Psicologia ética, socialmente referenciada e ativa na promoção da justiça social, equidade, participação democrática e a defesa intransigente dos direitos humanos. Isso significa ampliar o diálogo com movimentos sociais, fortalecer a presença da Psicologia nas políticas públicas, defender o SUS, o SUAS, a educação pública, a reforma psiquiátrica e todas as iniciativas que promovam cuidado, proteção social e cidadania.

Também significa reconhecer a diversidade como uma riqueza que constitui a sociedade brasileira e enfrentar, de forma permanente, o racismo, o sexismo, a LGBT-QIAPN+fobia, o capacitismo, a xenofobia e todas as formas de violência e discriminação que produzem sofrimento e negam direitos. Não há compromisso ético possível para a Psicologia sem posicionamento diante dessas realidades.

“Este boletim nasce como um *espaço de diálogo, reflexão e fortalecimento* da atuação coletiva em defesa dos direitos humanos.

”

“**Seguimos construindo uma *Psicologia comprometida com a dignidade humana, a diversidade e a transformação social.***”

A Comissão de Direitos Humanos ocupa um lugar estratégico nesse percurso. Sua atuação tem contribuído para que a categoria mantenha viva a capacidade de indignar-se diante das injustiças e, ao mesmo tempo, de construir respostas coletivas, solidárias e transformadoras. Em um cenário marcado por desafios complexos, sua existência reafirma que a defesa dos direitos humanos é uma tarefa cotidiana, que exige coragem

política, escuta qualificada e compromisso permanente com a vida.

Que este boletim seja um convite permanente ao diálogo, à reflexão crítica e à ação transformadora. Que suas páginas promovam o compartilhamento de saberes e experiências, fortaleçam os vínculos de nossa atuação coletiva e inspirem caminhos comprometidos com a liberdade, a democracia, os direitos humanos e a dignidade humana

Seguimos juntas, juntos e juntas, cultivando uma Psicologia que não se omite diante das desigualdades, que se posiciona ao lado dos direitos humanos e da justiça social, e que reconhece a importância das subjetividades em sua diversidade, complexidade e potência. Uma Psicologia comprometida com a escuta, o cuidado e a valorização das múltiplas formas de existir, sentir e construir modos de vida, contribuindo para uma sociedade mais democrática, plural e inclusiva.

Ivani Francisco de Oliveira

Presidenta do Conselho
Federal de Psicologia



Saudação Conselheiras

É com imensa satisfação e responsabilidade que apresentamos a primeira edição do “Boletim Unidos e Interdependentes” da gestão 2026-2029 da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH/CFP), um espaço singelo mas potente, que existe há anos e nasceu do histórico compromisso ético-político do CFP com a construção de uma sociedade mais justa, equânime e plural.

A união e a interdependência refletem a compreensão de que a luta por direitos humanos é, antes de tudo, um exercício coletivo. Somos interdependentes porque nenhuma vida pode ser plenamente realizada isoladamente; somos unidos porque a defesa da dignidade humana exige alianças interseccionais e o reconhecimento de que as dores e as conquistas são compartilhadas.

Nosso trabalho à frente da CDH é fruto de uma parceria ancestral, negro-indígena, e é guiado pela certeza de que a Psicologia brasileira não pode se furtar a um letramen-

to indígena que considere a diversidade humana, particularmente a sexual e de gênero, que geralmente é invisibilizada.

Esta publicação periódica que, pretendemos, será semestral, é um canal permanente de diálogo, formação e resistência. Acreditamos que a produção de conhecimento crítico e a socialização de experiências exitosas são ferramentas fundamentais para fortalecer a rede de proteção e qualificar a atuação da nossa categoria. Que cada página deste boletim seja um convite à reflexão e um estímulo ao desenho de caminhos para uma Psicologia verdadeiramente comprometida com os Direitos Humanos.

Convidamos todas as pessoas, mas principalmente psicólogas/os/es e estudantes de Psicologia, a se unirem conosco nesta meta: que a interdependência que nos une seja a força motriz para enfrentarmos os desafios do presente e construirmos futuros onde possamos viver bem.

Com esperança e luta.

**Jaqueline
Gomes de Jesus**

Conselheira e
Coordenadora da
Comissão de Direitos
Humanos do CFP



Vanessa Terena

Conselheira e
Coordenadora da
Comissão de Direitos
Humanos do CFP



Pessoas membras da **Comissão**

Jaqueline Gomes de Jesus

Jaqueline Gomes de Jesus é Conselheira do XX Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CFP (CDH/CFP). Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ProfHistória/UFRRJ) e em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva da Fundação Oswaldo Cruz (PPGBIOS/Fiocruz). Doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela UnB, com pós-doutorado pela Escola Superior de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). É militante histórica pelos direitos da população LGBTI+ e foi a primeira gestora do Sistema de Cotas para Negros da Universidade de Brasília (UnB).

**Vanessa Terena**

Vanessa Terena é Conselheira do XX Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CFP (CDH/CFP). Psicóloga indígena do povo Terena, possui atuação com ênfase em Psicologia Social. É mestrandanda em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e coordenadora da Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogos (ABIPSI).

**Alexander Oliveira**

Alexander Oliveira (CRP 10/07974), é psicólogo e especialista em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atua na clínica psicológica, com foco no cuidado de jovens, adultos e da população LGBTI+, desenvolvendo práticas voltadas à promoção da saúde e à redução de danos. Amapaense, articula sua formação e trajetória profissional aos contextos socioculturais da Amazônia, valorizando saberes locais e práticas de cuidado enraizadas no território.



**Claudio Donizetti Brites da Silva**

Psicólogo, psicanalista e pesquisador. Doutorando em Ciências Sociais pela USP, mestre em Linguística, Membro da Comissão de Direitos Humanos do CFP e professor. Desenvolve pesquisas sobre Inteligência Artificial (IA) e seu impacto na formação e na prática em Psicologia, articulando Psicanálise, cultura e Direitos Humanos. Atua na clínica com crianças, adolescentes, adultos, casais e famílias, em atendimentos presenciais e online.

**Caio Fadul dos Santos**

Psicólogo (03/28778), psicanalista, redutor de danos, cofundador do Núcleo de Homens Trans da Bahia, psicólogo pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - BA no Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTs (CPDD LGBT- Salvador), redutor de danos, especialista em gênero e diversidade e psicólogo clínico de orientação psicanalítica.

**Dalcira Ferrão**

Psicóloga clínica e social há 19 anos (PUC Minas) e especialista em Administração Pública com enfoque em Gestão Pública (FJP). Integra a Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Meninas de MG. Co-Fundadora da Articulação Nacional de Psicóloga(os/es) LGBTI+. Trabalhou em diversas políticas públicas: saúde, assistência social, educação, direitos humanos e segurança pública. Integrante do Movimento Confluências de Minas. Ex-Presidenta do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (2017-2019) e ex conselheira do Conselho Federal de Psicologia (2020-2021).

**Henrique Galhano Balieiro**

Henrique Galhano Balieiro é psicólogo com especialização em Direitos Humanos e Cidadania no Contexto das Políticas Públicas e mestre em Psicologia pela PUC Minas (Bolsista Capes/CNPQ). Atualmente é doutorando em Psicologia na PUC Minas e referência técnica no SUS-BH na coordenação de equidade e populações vulnerabilizadas. Além disso, é fundador do Coletivo PsiMigra e membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

**Ibson Eduardo Batista**

CRP 08/19822, Especialista em Educação Sexual, Coordenador da Área de Psicologia do Grupo Dignidade, Coordenador de Psicologia da Aliança Nacional LGBTI+, Psicólogo do Paraná Mais Diversidade, organizador do Manual de Psicologia e LGBTI+, professor nas pós-graduação Psicologia, Sexualidade e Gênero (PUC/PR), Sexualidade Humana Clínica e Educação (Universidade Positivo).

**Josiane E. N. Wolfart**

Psicóloga Clínica com abordagem em Psicanálise. Trabalha com violência de gênero, maternidade e Povos Indígenas, Professora temporária no curso de Psicologia da UEMS, Mestre em Antropologia Social e Especialista em Saúde Indígena.

**Julia Pereira Bueno**

Formada em psicologia pelas Faculdades Integradas de Guarulhos-SP, especialista em psicologia política pela USP, mestra em psicologia pela UFPE, doutoranda em Psicologia também na UFPE, também é redutora de danos, psicóloga clínica, poeta e escritora dos livros “Amor&Revolta” e “Nas esquinas do cuidado: Brenda Lee e a redução de danos” e co fundadora do psicodelia baixo astral.

**Luara Christina Silva Matos**

Luara Matos (CRP 22/04324), é membra da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH CFP). É Psicóloga Escolar e Educacional da Coordenação Socioemocional da rede IEMA. Pós-graduada em Diversidade & Inclusão. Consultora em Educação Antirracista e em Educação em Direitos Humanos. É cofundadora do Pense Minha Cor (hub de inovação negra).

“Debater direitos humanos na Psicologia é falar sobre a nossa metodologia científica. **Criar mecanismos e orientações técnicas para atuar em contextos de violação de direitos e crises ambientais, sociais e climáticas exige rigor, pois isso também é ciência e profissão.**”

Julia Pereira Bueno

Membra da Comissão de Direitos Humanos do CFP

**Milena Victória De Sousa Faustino Queiroz**

Negra, Psicóloga (UFPI), Mestranda em Psicologia (UFDPar), mais de 10 anos de atuação tanto na rede de atenção à Saúde Mental, quanto na clínica. Possui trajetória na militância do movimento negro e na luta contra a violência de gênero, além de atuar na idealização de serviços especializados na prevenção do suicídio e valorização da vida. Tem também trajetória na Gestão Pública da Saúde Mental.

**Priscila Góre Kaingang**

(CRP 07/23970) Mulher indígena do povo Kaingang. Pertence a Terra Indígena Guarita, maior território da Região Sul do país. Mãe da Maria Kafej. Atua como psicóloga há 11 anos, mesmo período que atua como psicóloga na SESAI (Secretaria de Saúde Indígena). Dentro da SESAI além da pauta do Bem Viver participa da pauta das Medicinas Indígenas. Possui Especialização em Terapia Cognitivo- Comportamental. Co-fundadora do GT Guarita pela Vida, Movimento de Mulheres Indígenas, que lutam para o empoderamento de mulheres indígenas através do enfrentamento das violências. Movimento que é referência nacional sobre o trabalho em território indígena no que tange as violências, principalmente em relação a violência sexual. Atuou como Conselheira do CRPRS Gestão 2022/2025, sendo a primeira indígena psicóloga a atuar como conselheira e também esteve um período como vice-presidenta. Graduada em Licenciatura Intercultural Indígena pela UFSM.

**Rafael Osório Ventimiglia dos Santos**

Psicólogo clínico analista do comportamento com MBA em Gestão de Projetos e especialização em Psicologia Organizacional e Gestão de Pessoas, amazônida, morador da periferia de Belém, com 20 anos de ativismo em Direitos Humanos, com foco na garantia de direitos da população LGBTQIA+. Presidente do Conselho Municipal LGBTQIA+ de Belém. Produtor e coordenador de projetos sociais há mais de 12 anos.

“A psicologia exige compromisso ético-político no trabalho com a população migrante, refugiada e apátrida. **Cabe-nos acolher sem patologizar trajetórias, enfrentar o xenoracismo e promover direitos, assegurando que o deslocamento não opere como exclusão, mas como abertura de um novo ciclo de cidadania.**”

Henrique Galhano Balieiro

Membro da Comissão de Direitos Humanos do CFP



Renata Cristiane Araujo de Lima Pierre Louis

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de SC, Mestra em Psicologia Social pela mesma instituição. Integrou a coordenação da ANPSINEP/ SC (2016-2022). Integrante da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Santa Catarina- CRP-12 (2016-2019). Conselheira no CRP-12, onde presidiu a Comissão de Psicologia e Relações Raciais (2022-2025). Integra a CDH/CFP (2026-2028).



Tales Sumekwa Rodrigues Xerente

Psicólogo (CRP 23) e indígena do povo Xerente, graduado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Com trajetória consolidada em políticas públicas, atua como Referência Técnica de Atenção Psicossocial no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Tocantins. Especialista na interface entre saberes tradicionais e a prática clínica, dedica-se ao fortalecimento das redes de cuidado em saúde mental nas comunidades indígenas, ao enfrentamento das violências nos territórios e à defesa intransigente dos direitos originários. Integra a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, onde contribui para a formulação de estratégias voltadas à equidade, à justiça social e à promoção do Bem Viver indígena.



Vitória Christine Lisboa de Andrade

Psicóloga Clínica e da Saúde (CRP 11), Mestranda em Saúde da Família (Fiocruz), com mais de 10 anos de experiência no SUS e vasta experiência como psicóloga indigenista junto aos Povos Indígenas do Ceará. Possui trajetória consolidada na política de saúde e na atuação junto às mulheres vítimas de violência. Atualmente é psicóloga clínica e da saúde e perita judicial no Ceará.

calendário

Datas comemorativas | CDH/CFP

Janeiro

- ▶ **Campanha 'Visibilidade Trans'**
- ▶ **21/01** | Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa (Sug: episódio de podcast, live)
- ▶ **29/01** | Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais (e data de publicação a Resolução 01/18)

Fevereiro

- ▶ **07/02** | Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas (campanha sobre identidade como fantasia na perspectiva do carnaval)
- ▶ **20/02** | Dia de Luta e Resistência de Homens Trans e Pessoas Transmasculinas (live)

Março

- ▶ **Mês das Mulheridades**
- ▶ **01/03** | Dia da Discriminação Zero
- ▶ **08/03** | Dia Internacional da Mulher (lives sobre Mulheridades)
- ▶ **16/03** | Dia Nacional de Conscientização das Mudanças Climáticas (live)
- ▶ **21/03** | Dia Internacional contra a Discriminação Racial (21 dias ativismo contra o racismo)
- ▶ **22/03** | Aniversário da Resolução 01/99
- ▶ **24/03** | Resolução CFP 02/2003 - Satepsi (destaque para atuação da Cons. Andrea Chamon)
- ▶ **24/03** | Dia Internacional pelo Direito à Verdade sobre Graves Violações dos Direitos Humanos e pela Dignidade das Vítimas
- ▶ **25/03** | Dia Internacional em Memória das Vítimas da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Escravizados + data análoga no Ceará (postagem)
- ▶ **30/03** | Dia Mundial da Juventude
- ▶ **31/03** | Golpe civil-militar (podcast ou live sobre povos tradicionais e originários vitimizados pela Ditadura)

Abril

- ▶ **Abril Indígena**
- ▶ **02/04** | Dia Mundial da Conscientização do Autismo (debate)
- ▶ **06/04** | Dia de Visibilidade sobre Assexualidade e Orgulho Gênero Fluido
- ▶ **07/04** | Dia Mundial da Saúde
- ▶ **14/04** | Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva
- ▶ **17/04** | Dia Nacional de Luta pela Terra (ênfase sobre trabalhadores do campo)
- ▶ **19/04** | Dia dos Povos Indígenas (discutir sobre decreto federal para feriado)

Maio

- ▶ **Mês das(os) Trabalhadoras(es)**
- ▶ **01/05** | Dia Internacional do Trabalhador (cooptação do trabalho por big techs; precarização do trabalho da Psicologia; 30 horas; saúde mental de trabalhadoras) (podcast)
- ▶ **07/05** | Dia Internacional da Redução de Danos (referência Julia Bueno e Alexander Moraes)
- ▶ **8, 9 e 10/05** | Diálogo e articulação no Sistema Conselhos no Acampamento Terra Livre*
- ▶ **13/05** | Abolição da Escravatura (falsa abolição) (conectar com debate sobre raça e exploração do trabalho)
- ▶ **17/05** | Dia Internacional de Luta contra a LGTBfobia (live sobre Resoluções)
- ▶ **18/05** | Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (postagem com recortes étnico-raciais -- infâncias negras e indígenas e cuidados tradicionais – ref. Priscila Kaingang e Vitória Marques)
- ▶ **18/05** | Dia Nacional da Luta Antimanicomial (ação com Desinstitute)
- ▶ **19/05** | Dia do Orgulho Agênero (em conjunto com ações do dia 24)
- ▶ **24/05** | Dia da Consciência Pansexual e Panromântica (postagem)

*A mobilização da Psicologia incluiu, no dia 8, uma reunião híbrida na sede do CFP que integrou indígenas conselheiras(os) e colaboradoras(es) do Sistema Conselhos de Psicologia para alinhar diretrizes que respeitem a cosmopercepção indígena e potencializem a representatividade desses povos no âmbito institucional.

No dia 9, a comitiva uniu-se à Marcha do ATL, “Demarca Lula: Brasil soberano é terra indígena demarcada e protegida”, reforçando que o cuidado integral depende da justiça social e da proteção dos territórios.

A agenda foi encerrada no dia 10 com uma roda de conversa sobre saúde mental, realizada dentro do Acampamento Terra Livre, na tenda Aty Guasu. O diálogo evidenciou a urgência de uma Psicologia cada vez mais territorializada e atenta às realidades dos povos indígenas.

Junho

- ▶ **05/06** | Dia Mundial do Meio Ambiente (Direitos Humanos e povos isolados e de recente contato, com diálogo com FUNAI/SESAI – ref. Priscila Kaingang e Vanessa Terena)
- ▶ **12/06** | Dia Mundial contra o Trabalho Infantil
- ▶ **15/06** | Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa (ênfase em pessoas idosas PSR, ref. Alexander)
- ▶ **20/06** – Dia Mundial da Pessoa Refugiada (ref. Henrique Galhano e Caio Fadul)
- ▶ **Semana do Migrante**
- ▶ **21/06** | Dia de Luta por uma Educação Não Sexista e Sem Discriminação (ref. Dal Ferrão, Luara Matos e Jaqueline Gomes)
- ▶ **28/06** | Dia Internacional do Orgulho LGBTI+ (com ênfase na história do indígena Tibira, com ações no Maranhão; ação com João Nyn – ref. Luara Matos)

Julho

- ▶ **13/07** | Dia do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)
- ▶ **25/07** | Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha

Agosto

- ▶ **07/08** | Lei Maria da Penha (2006)
- ▶ **09/08** | Dia Internacional dos Povos Indígenas
- ▶ **19/08** | Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua
- ▶ **27/08** | Dia do Psicólogo
- ▶ **29/08** | Dia da Visibilidade Lésbica
- ▶ **31/08** | Conferência de Durban (1ª Conferência Mundial contra o Racismo-2001)

“*Atuar junto à CDH na condição de indigenista amplia os espaços de luta e militância. É necessário demarcar a relevância das questões indígenas no campo dos Direitos Humanos.*”

Vitória Christine Lisboa de Andrade

Membra da Comissão de Direitos Humanos do CFP

EDITORIAL

Psicologia e Mulheridades: teorias e práticas no enfrentamento à violência de gênero

Por // Jaqueline Gomes de Jesus (CRP 05/49337)



Tânia Régio/Agência Brasil

Entre março e maio deste ano, a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH/CFP) organizou dois eventos, um virtual e outro presencial, a fim de aprofundar as discussões referentes ao Dia Internacional das Mulheres.

A live “Mulheres Vivas”, realizada no dia 20 de março, reafirmou o compromisso da Psicologia com o enfrentamento ao feminicídio. A transmissão, que alcançou milhares de visualizações, debateu o papel das psicólogas/os/es na rede de proteção às mulheres, articulando a escuta clínica com a necessária atuação política e comunitária.

O feminicídio, como expressão máxima da violência de gênero, não pode ser tratado como caso isolado ou individual, ele decorre do machismo que ainda estrutura nossa cultura e oprime todas as mulheres, com nuances referentes ao racismo, capacitismo, classismo, à lesbofobia, bifobia, transfobia e

outras discriminações, o que exige da Psicologia respostas assertivas.

A realização do 1º Seminário Nacional Psicologia e Mulheridades, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em parceria com o Conselho Regional de Psicologia do Mato Grosso nos dias 8 e 9 de maio, mais do que só mais um evento, representou um marco ético-político na trajetória da Psicologia brasileira.

Ao escolhermos Cuiabá como sede dessa atividade formativa, a CDH respondeu a uma urgência concreta: os alarmantes dados sobre feminicídio no estado de Mato Grosso no ano de 2025. A interiorização do debate também não foi casual, ela sinalizou o compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia em levar a discussão sobre gênero e violência para os territórios onde as estatísticas mais doem, onde as vidas são ceifadas diariamente, para de lá se espalhar por todas as regiões do Brasil. Inclusive, terminamos o



Valter Campanato/Agência Brasil

evento com o compromisso de que sejam realizadas etapas regionais que nos subsidiem o próximo encontro nacional!

O seminário, transmitido ao vivo e com sua programação disponível no canal do CFP no *youtube* (a *live* também está disponível *online*), materializou o conceito de “mulheridades”, entendido simplesmente enquanto variedade de formas de ser mulher, como ferramenta teórica e política. Esse termo, que atravessou as falas e os debates do evento, convoca-nos a romper com a ilusão de uma experiência feminina universal.

As mulheres negras, indígenas, periféricas, lésbicas, bissexuais, trans e com deficiência, entre tantas outras, vivenciam a opressão de maneira específica, exigindo estratégias de enfrentamento igualmente específicas. Ignorar essa interseccionalidade não é apenas um equívoco teórico, é reproduzir, no fazer psicológico, as mesmas violências que psicólogas/os/es com compromisso social se propõem a combater.

“O feminicídio, como expressão máxima da violência de gênero, **não pode ser tratado como caso isolado ou individual.**”

As mulheres podem e devem ocupar todos os espaços de poder e produção de conhecimento. Ao protagonizarmos a *live* e coordenarmos os debates do seminário, nós, as psicólogas, materializamos a luta por uma ciência-profissão que não apenas estuda e cuida, mas que é aprimorada por mulheres diversas, em toda a nossa complexidade.

As normativas do CFP voltadas às mulheres dialogam diretamente com a necessidade de atualização da práxis psicológica. Não basta acolher a mulher em sofrimento, seja qual for o espaço de atuação da pessoa profissional, é preciso compreender que essa condição é forjada em estruturas de desigualdades de gênero que atravessam raça, classe, território e sexualidade.

Considero importante ressaltar que não organizamos eventos isolados. Eles integram um movimento mais amplo de construção de uma Psicologia comprometida com a vida, com a justiça social e com a efetivação dos Direitos Humanos. Ao debater as mulheres e capacitar para o enfrentamento ao feminicídio, o CFP reafirma seu papel de vanguarda na defesa de uma sociedade onde todas as mulheres possam viver livres de violência, com dignidade e acesso pleno aos seus direitos. Esse é o compromisso ético-político que a CDH reafirma e que convoca cada profissional da Psicologia a assumir como seu. ●

ARTIGO

Letramento Racial Indígena

Por// **Vanessa Terena**

(Vanessa Silva de Souza) (CRP 14/07450-9)

Por// **Priscila Góre Kaingang**

(CRP 07/23970)

Por// **Vitória Christine Lisboa de Andrade**

(CRP 11/09635)

Uma jovem indígena chega ao seu primeiro dia de aula no ensino superior, a primeira de sua família, de sua aldeia, a chegar a este espaço. Escolheu cursar psicologia e está empolgada com os desafios que este novo ciclo poderá lhe apresentar. Contudo, ao se apresentar como mulher indígena é ridicularizada, passa a escutar insultos como *“seu cabelo não é liso e você quer ser indígena?”*... *“Se você fosse indígena de verdade não usaria celular”*... *“como assim essa teoria psicológica não representa você? se você mora na cidade já ‘deixou de ser indígena’”*. Este relato é fictício e é real ao mesmo tempo. Ele não descreve um caso específico, mas um somatório de situações enfrentadas por diversas pessoas indígenas por todo o país.

Não é incomum, na verdade, é corriqueiro escutar frases violentas a respeito dos Povos Indígenas e de seus diversos modos de vida. Tais comportamentos raramente são percebidos como atos de racismo e quando enfrentados são ‘justificados’ como apenas

“comentários inofensivos” ou falta de conhecimento. O racismo étnico ainda é pouco discutido nas escolas, universidades, ambientes comunitários e até mesmo nas instituições indigenistas, o que acaba por “normalizar” o racismo, causando sofrimento nas pessoas indígenas.

A diversidade indígena no Brasil corresponde a cerca de 1.694.836 pessoas indígenas, pertencentes a 305 povos indígenas e falantes de 274 línguas indígenas, distribuídas em todas as regiões do país. A diversidade cultural e linguística é um fato, por vezes negado pelo sistema neoliberal, branco e patriarcal. Diante desse cenário, é inconcebível a ideia de uma identidade indígena única, cristalizada e isolada no tempo (IBGE, 2023).

Falar de letramento racial indígena é falar de respeito, de enfrentamento das violências, de luta contra o genocídio étnico-cultural e da colonização que ainda acontece nos dias



Fernando Frazão / Agência Brasil



Fernando Frazão / Agência Brasil

atuais. Desconstruir esse imaginário empobrecido, que reproduz estereótipos de como os indígenas deveriam ser, como se fosse uma lista de critérios a serem seguidos: usa roupas? usa celular? mora na cidade? deixou de ser indígena. Estereótipos estes que foram impostos por pessoas não indígenas, a partir da lógica da dominação e na tentativa de “civilizar” os povos indígenas, quando colocaram a cultura indígena de forma “errada”, “feia” e que deveria ser esquecida. Isso aconteceu inclusive quando a língua materna foi proibida, onde quem falasse era castigado e torturado, deixando dor e sofrimento para muitas pessoas e que repercute em muitos até hoje. Vale sempre frisar que quem tem a autonomia de dizer o que é ser indígena no Brasil são os próprios povos indígenas..

Nos percursos em ambientes institucionais e acadêmicos, escutamos debates sobre o *ser indígena* e as diversas visões estere-

“ Quem tem a autonomia de dizer o que é ser indígena no Brasil **são os próprios povos indígenas.** ”

otipadas, sempre com o fato dos indígenas usarem celular e por isso estarem “perdendo a cultura” ou mesmo por dirigirem seus automóveis pela cidade e esse fato ser considerado como apagamento cultural. A quem interessa alimentar essa imagem do indígena como eram seus ancestrais séculos atrás? A quem esse discurso favorece? Certamente não é aos 391 Povos Indígenas do Brasil.

A elite política e econômica, essa que nega a identidade étnica, é a mesma que representa setores interessados em explorar as terras indígenas. Nesse sentido, ora se nega a indianidade baseada nos estereótipos violentos, ora se assume a presença indígena para em seguida invadir seus territórios. Vale ressaltar, diga-se de passagem, que o indígena é um sujeito vivo no tempo e no espaço, que a cultura é dinâmica e muda conforme a época e estes Povos são excelentes em nos mostrar o que é resistir e viver bravamente por séculos de invasões e violências. Os mesmos que tentaram proibir o ser indígena e a vivência cultural de maneira livre e autônoma, são os mesmos que dizem: você não é mais indígena? Cadê seu cocar? Cadê sua pintura? É muita terra para pouco “índio”! E isso vai reproduzindo novamente ciclos de violência há séculos.

Contudo, ao idealizarmos e lutamos por uma psicologia comprometida com a trans-

“A Psicologia tem muito a aprender com os **saberes ancestrais, com as medicinas indígenas, com os processos de subjetivação que permeiam a coletividade dos Povos.**”

formação social, faz-se necessário não apenas compreender, mas enfrentar o racismo em suas diversas formas. Desse modo, o conceito de letramento racial é considerado um processo educativo-formativo que busca promover a construção da nossa capacidade de identificar e reconhecer práticas racistas na cultura e vida cotidiana.

Conforme aponta a psicóloga Lia Vainer Schucman (2022), para que ocorra uma real transformação no enfrentamento ao racismo brasileiro é necessário que a branquitude que ocupa o lugar da normatividade, se transforme em identidades étnico-raciais brancas que não seja sustentada pelo racismo. Para tal, é necessário alterar padrões culturais, relações socioeconômicas e as formas de produção e reprodução da nossa história.

Geni Núñez, psicóloga e ativista indígena Guarani, ressalta que aprender sobre o racismo anti-indígena pode ser uma das formas de consolidar um letramento anticolonial que possa auxiliar a não perpetuar posturas inspiradas na universalização. Desse modo,

é necessário pensar em psicologias que possam escutar e reconhecer cosmovisões e epistemologias indígenas na construção de estratégias de enfrentamento do racismo e do etnogenocídio.

A psicologia tem muito a aprender com os saberes ancestrais, com as medicinas indígenas, com os processos de subjetivação que permeiam a coletividade dos Povos. Os cursos de psicologia têm um papel fundamental na formação de profissionais não apenas sensíveis à pauta racial e às questões étnicas, mas que possam tornar-se profissionais críticos e éticos, que questionem modelos hegemônicos e colonizadores, que tenham a capacidade de orientar-se pelo código de ética da profissão. Promover



Tânia Rego / Agência Brasil

a saúde das pessoas e das coletividades e contribuir para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão consta como um dos princípios fundamentais do Código de ética profissional do psicólogo. Cabe sempre destacar que antes da Psicologia Brasileira existir, os povos indígenas já estavam aqui, com seus modos de viver, com suas tecnologias de cuidado que existem e resistem e que precisam ser respeitadas para que a saúde mental, na perspectiva dos povos indígenas possa ser fortalecida nos territórios indígenas.

Contudo, entre as diversas potencialidades dos povos indígenas, a **Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogos(as) – ABIPSI** tem se colocado, desde 2019, na luta por uma psicologia pintada de jenipapo e urucum. Presente em quase todas as regiões do Brasil, a articulação reúne psicólogas e psicólogos indígenas comprometidos com

“Antes da Psicologia brasileira existir, os povos indígenas já estavam aqui, com seus modos de viver, seus saberes e suas tecnologias de cuidado, que existem, resistem e precisam ser respeitados.”

a construção de uma Psicologia que dialogue com os territórios, os saberes ancestrais e as demandas dos povos indígenas. Nesse sentido, a ABIPSI tem contribuído para refletir sobre o papel da Psicologia na defesa dos direitos indígenas e na promoção do acesso às condições básicas de existência, dignidade e resistência. ●

Referências

- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: População e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- LONGHINI, Geni Daniela Núñez. Perspectivas indígenas antirracistas sobre o etnogenocídio: contribuições para o reflorestamento do imaginário. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], v. 35, e277101, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277101>.
- RIOS, F.; SANTOS, M. A. dos; RATTS, A. (Org.). Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas. São Paulo: Perspectiva, 2023.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. O branco e a branquitude: letramento racial e formas de desconstrução do racismo. **Portuguese Literary and Cultural Studies**, [S. l.], v. 34/35, p. 171-189, 2022. DOI: 10.62791/rrj3bv32.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Instituto de Ciências Jurídicas. Projeto Letramento Racial. **Cartilha antirracista**. Coordenação: Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães. Belém: ICJ/UFGA, 2023. 32 f.

ARTIGO

Matriarcado afro-brasileiro: o futuro da saúde mental também é ancestral

Por // Luara Christina Silva Matos
(CRP 22/04324)

O Brasil estruturou-se a partir de um processo de colonização que fundamentou as suas construções sociais, históricas e culturais a partir de pilares que criaram e que sustentam, até a atualidade, uma lógica de animalização e de coisificação sobre povos africanos e indígenas (MUNANGA, 2003). Consequentemente, moldando, por meio de métodos de desumanização, a percepção de que sociedades não europeias não detêm intelectualidade.

Sob esse olhar, a hierarquização do saber apresenta-se enquanto aliada dos processos de epistemicídio, que operam de forma estratégica e sistemática para a marginalização e para a morte intencional e estrutural de pensamentos, culturas e conhecimentos de povos não hegemônicos, promovendo e fortalecendo uma monocultura do saber.

Tais dinâmicas resultaram, historicamente, na sobreposição do conhecimento dominante em relação às tecnologias e aos saberes

“A hierarquização do saber apresenta-se enquanto aliada dos processos de epistemicídio, promovendo e fortalecendo uma monocultura do saber.”

ancestrais — especialmente aqueles criados e difundidos por povos racializados (negros e indígenas). Assim, construiu-se, sob uma base colonial, a ideia de quais epistemologias são válidas, fidedignas e irrefutáveis.

Nessa encruzilhada, esbarramos em um trajeto de idealização da saúde a partir de um modelo biomédico de cuidado, lido como “civilizado” e “moderno”, que se sustenta através da narrativa da cientificidade. Nesse contexto, anulam-se demais perspectivas e



Fernando Frazão / Agência Brasil

“No Brasil, mulheres racializadas lideram as práticas do acolher e do cuidar — da parteira à Yalorixá.

”

elementos constituintes da integralidade do ser e do existir de forma digna e saudável.

Porém, outros caminhos abrem-se para o resgate de perspectivas e concepções e para outras formas de enxergar e promover saúde em integralidade. Pisando nesse chão, é possível sentir um terreno fértil para o replantio de dinâmicas de atenção decoloniais, que produzem pontes de transição do conhecimento sintético (aquele que se compra ou se adquire), para o conhecimento orgânico (aquele que se é e se vive) (SANTOS, 2023).

Os conceitos pré-coloniais compreendem o papel da ancestralidade e das matriarcas a partir de um lugar de detenção de saberes, da articulação do cuidado e da promoção de direitos (MÃE KABECA DE XANGÔ, 2026). Torna-se, assim, necessária a compreensão da saúde para além de um conceito exclusivamente biológico, entendendo-a também como uma construção social. Desse modo, acolhem-se os dinamismos de cuidado protagonizados por mulheres negras nas tradições de matriz africana.

Enxergar novos horizontes envolve, também, considerar outros territórios e existências como espaços de articulação e garantia de saúde. Aprovada em 2023, a Resolução

nº 715 do Conselho Nacional de Saúde recomenda que o Ministério da Saúde reconheça as comunidades tradicionais de matriz africana como espaços promotores de saúde e bem-estar, bem como geradoras de estratégia complementares de acolhimento e cura.

No Brasil, sob um véu de invisibilidade histórica gestada pelo racismo estrutural, mulheres racializadas lideram as práticas do acolher e do cuidar — da parteira à Yalorixá. Elas estruturam comunidades e salvaguardam tecnologias de pulsão de vida e pertencimento coletivo, seja por construção social, por missão de vida ou por fundamento, abrindo caminhos para o entendimento do desenvolvimento enquanto construção e manutenção de vínculos comunitários.



Tânia Régio / Agência Brasil

Os espaços de cuidado liderados por figuras femininas negras e indígenas deságuam nas possibilidades de ser e de existir, transformando lugares (onde se tem e se funciona sinteticamente) em territórios (organismo vivo, onde se é e existe organicamente). Essa dinâmica aproxima os indivíduos do retorno

à sua essência em integralidade, ultrapassando dimensões assistenciais individuais para alcançar a essencialidade do cuidado em coletividade.

Promover a transição das noções e dos processos sintéticos para uma produção de práticas e saberes orgânicos, protagonizados pela matriarcalidade, garante o fortalecimento da conexão entre ser, estar e existir como sujeito individual e coletivo, ou seja, como um corpo-território. Esse movimento exige um compromisso ético com as coletividades, tecendo teias de saúde a partir de raízes afro-brasileiras.

Compreendendo que não há projeto de futuro sem a compreensão e o acolhimento do que foi invisibilizado no passado e sem o resgate de saberes ancestrais. ●

“**Não há projeto de futuro sem a compreensão e o acolhimento do que foi invisibilizado no passado e sem o resgate de saberes ancestrais.**”

Referências

ABREU, Marilande Martins. Reflexões sobre a ancestralidade africana do Tambor de Mina do Maranhão: interlocuções e relações decorrentes do trabalho de campo. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 231-252, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/r4QX3qfZ74B7wMRBMxWMKJ-J/?lang=pt>

ALMEIDA, Sandra Regina de; GOUVEIA, Ana Lúcia. **Colonialismo, corpo negro e identidade**: uma análise fanoniana sobre a experiência de estudantes negros no contexto escolar. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 41, e95647, p. 1-22, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/dF7yvp3hsQ9rgp3nnHmZP9D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2026.

ALVES, Geam Carles Ramos; DIAS, Cleiseane; RODRIGUES, Maria do Rosário. **Raízes do epistemicídio negro: análise da produção científica do ENANCIB (1994-2019)**. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 29, e-124693, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/emquestao/a/hwjSntBLvCMtGgSF6v-6jPP/?lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2026. (Nota: Os links 2 e 3 da sua lista direcionavam para este mesmo artigo).

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1. ed. São Paulo: Zahar, 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Nova trad. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon e as encruzilhadas**: teoria, política e subjetividade, um guia para compreender Fanon. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

- GONÇALVES, Márcia Regina; SILVA, José Carlos da. **Desmundos: colonialidade do poder e do saber no campo da saúde mental**. Relatório Técnico - Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES-MT), Cuiabá, p. 1-45, 2021. Disponível em: <https://www.saude.mt.gov.br/storage/old/files/desmundo-colonialidade-do-poder-e-do-saber-no-cam-%5B104-260421-SES-MT%5D.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2026.
- HASENBALG, Carlos; GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro**. 1. ed. São Paulo: Zahar, 2022.
- HOOKS, Bell. **Ensinando comunidade**. São Paulo: Elefante Editora, 2021.
- HOOKS, Bell. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. São Paulo: Elefante Editora, 2022.
- JUNGBLUT, Ailton Luiz. Resenha de: FERRETTI, Mundicarmo. **Terra de caboclo**. São Luís: SECMA, 1994. 148 p. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 137-138, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/s7BdNFhpQHVPVnCYD6pMGK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2026.
- KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MÃE KABECA DE XANGÔ. [Depoimento]. In: **VOZES Femininas: entre Territórios e Saberes**. [S. l.: s. n.], 25 mar. 2026. 1 vídeo (2h22min). Publicado pelo canal Centro Lúcio Costa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dk6whyK3V0M&t=7237s>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- MORAES, Sávio Roberto Fonseca de. **Candomblé e Umbanda no Sertão: cartografia social dos terreiros de Petrolina-PE e Juazeiro-BA**. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA DO RECONCAVO DA BAHIA, 3., 2015, Amargosa. Amargosa: SABEH, 2015. p. 1-15. Disponível em: https://www.sabeh.org.br/book/20151116_candombleeumbanda-no-sertao-cartografia-social-dos-terreiros-de-petrolina-pe-e-juazeiro-ba/. Acesso em: 10 jun. 2026.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. 3o Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação PENESB – RJ. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- NOBLES, Wade. **Psicologia africana**. São Paulo: Selo Negro, 2015.
- PEDRA da Memória**. Direção: Renata Amaral. São Paulo: Maracá Cultura Brasileira, 2010. 1 vídeo (59 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JesurH_glOw. Acesso em: 14 jun. 2026.
- RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.
- SANTOS, Antônio Bispo. **Confluências Quilombolas Contra a Colonização**. Belo Horizonte: UFMG, 04 dez. 2023. 1 vídeo (54min54s). Publicado pelo canal Laboratório Audiovisual Saberes Tradicionais UFMG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l5NQyMS0apI>. Acesso em: 09 jun. 2026.
- SANTOS, Antônio Bispo. **Retomada de Saberes: o contracolonialismo de Nego Bispo**. São Paulo: UNESP, 18 out. 2023. 1 vídeo (1h45min). Publicado pelo canal Instituto de Artes - UNESP. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FK8JKbqpd_E. Acesso em: 09 jun. 2026.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 33. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Imagens Negras: Ancestralidade, Diversidade e Educação**. Edição: 1ª. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

OPINIÃO

Psicologia, Inteligência artificial e Direitos Humanos

Por // **Claudio Brites** (CRP 06/135988)

A expansão das tecnologias digitais e popularização dos agentes de inteligência artificial convoca a Psicologia a assumir posição pública. Desde 2022, minha pesquisa de doutorado na Universidade de São Paulo investiga a popularização das IAs generativas textuais na formação em Psicologia, escutando como estudantes, recém-formados e docentes nomeiam e utilizam esses sistemas. A pergunta que orienta esse percurso é ética: quando tecnologias passam a mediar escrita, escuta, avaliação, orientação e produção de saber, dentro e fora da universidade, que efeitos recaem sobre o sujeito, a profissão e os direitos humanos?

Estar junto à Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia para contribuir com esse debate é uma honra. A relação entre inteligência artificial e Psicologia constitui uma pauta de direitos humanos, uma vez que os sistemas atualmente disponíveis são controlados por poucas empresas, treinados em bases de dados pouco transparentes e atravessados por vieses sociais,

“A dependência acrítica já produz efeitos sobre **autonomia, formação, sigilo, dados e responsabilidade profissional.**”

raciais, territoriais, linguísticos, teóricos e culturais. Quando esses modelos organizam respostas sobre sofrimento, cuidado, diagnóstico, aprendizagem e conduta profissional, cresce o risco de apagamento da diversidade histórica da Psicologia, de suas matrizes críticas, diferenças regionais e compromissos ético-políticos.

A questão ultrapassa o uso individual, contudo, pois agentes de IA (desde ChatGPT, Gemini aos mais complexos) podem ocupar funções antes sustentadas pelo trabalho humano, ou tornar a profissão dependente



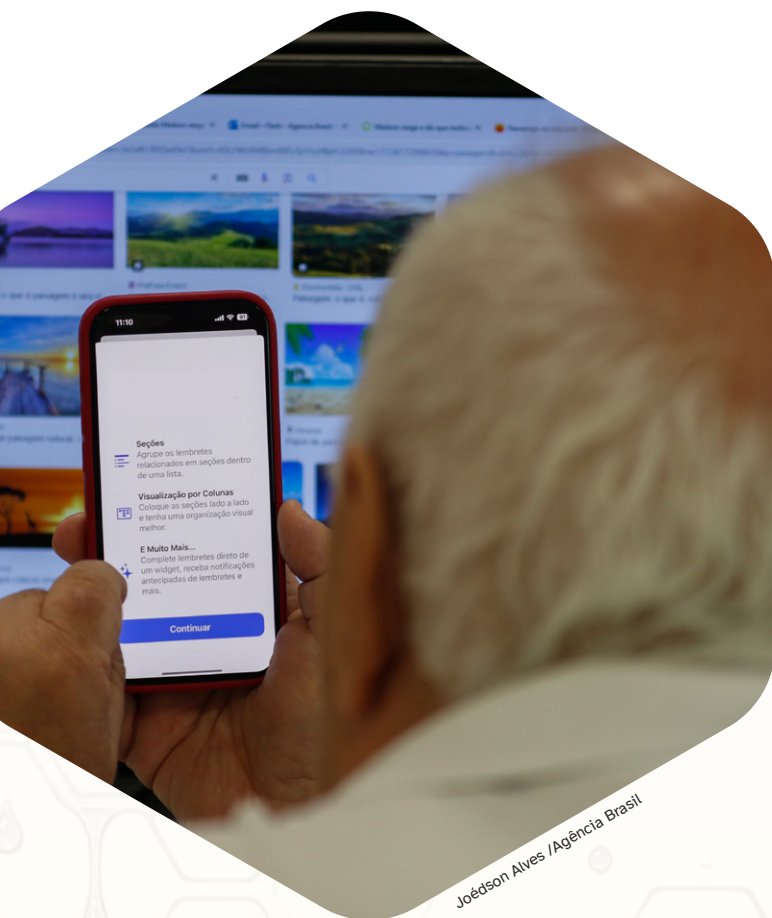
Bruno Peres / Agência Brasil

estruturalmente de mediações tecnológicas privadas, desautorizando saberes profissionais e reduzindo nosso fazer e lugar social a padrões automatizados. Mesmo a substituição integral hoje ainda se mostrando limitada, tendo em vista custos materiais e energéticos, a dependência acrítica já produz efeitos sobre autonomia, formação, sigilo, dados e responsabilidade profissional.

Cabe a nós da Psicologia entrar nesse debate com protagonismo, assumindo papel ativo na construção da agenda pública sobre o tema, e não apenas reagindo a ela; formular critérios, produzir letramento crítico, fortalecer a soberania de dados, dialogar com os campos tecnológicos e defender que nenhuma inovação se sobreponha à ética, à diver-

“Defender os direitos humanos hoje, especialmente na Psicologia, não significa orientar nosso olhar de forma ingênua ou tecnofóbica, mas **pautar o desenvolvimento tecnológico pela dignidade, justiça social e emancipação humana.”**

sidade e aos direitos das pessoas. Diante da IA e de sua tendência a se consolidar como uma nova commodity, defender os direitos humanos hoje, especialmente na Psicologia, não significa orientar nosso olhar de forma ingênua ou tecnofóbica, mas sim pautar o desenvolvimento tecnológico pela dignidade, justiça social e pela emancipação humana. ●



Joédson Alves / Agência Brasil

ARTIGO

A Migração Indígena Transnacional e a Produção Institucional das Vulnerabilidades no Brasil

Por // **Henrique Galhano Balieiro** (CRP 04/46512)

Por // **Laura Elvira Lopez Queslloya** (CRP 04/76263)



Marcelo Camargo / Agência Brasil

A América Latina abriga uma das maiores diversidades étnicas e culturais do mundo, com mais de 800 povos indígenas que somam aproximadamente 50 milhões de pessoas, segundo estimativas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Banco Mundial. Apesar desse peso demográfico e cultural, essas populações continuam a figurar nos piores índices de pobreza, acesso à saúde e educação.

Essa assimetria estrutural não é um mero acaso histórico, mas o reflexo do que Quijano (2005) denominou Colonialidade do Poder. Segundo esse conceito, a classificação racial imposta durante a colonização europeia sobreviveu às independências nacionais, continuando a operar como o eixo

central de distribuição de poder, riqueza e direitos na região.

O cenário atual revela, portanto, um grave descompasso: enquanto o continente avança no reconhecimento jurídico internacional, a realidade nos territórios ainda é marcada pela violência e pela exclusão.

O conflito territorial e o neoextrativismo

A principal linha de frente dessa tensão histórica encontra-se na disputa pelos territórios. Nas últimas décadas, a América Latina consolidou seu papel na economia global primário-exportadora por meio do neoextrativismo, caracterizado pela expansão massiva da mineração, do agronegócio e de mega-projetos de energia e infraestrutura. Esse modelo avança de forma agressiva sobre as

“O cenário atual revela um grave descompasso: enquanto o continente avança no reconhecimento jurídico internacional, a realidade nos territórios ainda é marcada pela violência e pela exclusão.”

terras indígenas, que frequentemente abrigam as maiores reservas de biodiversidade e recursos naturais da região.

No papel, essas comunidades estão protegidas por marcos jurídicos robustos, sendo o principal deles a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada por grande parte dos países latino-americanos. A Convenção garante o direito à consulta prévia, livre e informada, estabelecendo que os povos originários devem consentir antes da implementação de qualquer projeto que afete seus modos de vida.

Na prática, no entanto, o Estado e as corporações frequentemente tratam a consulta como um rito burocrático, quando não a ignoram por completo, resultando em um ciclo contínuo de violações de direitos humanos e na criminalização de lideranças indígenas que defendem suas terras.

No cenário latino-americano, essa sistemática espoliação territorial e a omissão estatal impulsionam o deslocamento forçado transnacional, fenômeno hoje evidente na

expressiva migração de povos indígenas para o Brasil.

Esse fluxo transnacional recente tem como maior expoente o deslocamento de populações indígenas originárias da Venezuela, sobretudo do povo Warao, além de grupos como Pemón e Eñepa. Intensificado na última década, esse movimento para o Brasil teve início entre 2014 e 2016 (Balieiro; Campos; Muñoz, 2024).

Forçados a se deslocarem de seus territórios originários localizados no Delta do Rio Orinoco, impulsionados, sobretudo, pelo processo de instabilidade socioeconômica e de insegurança alimentar, agravado pelo neoextrativismo petrolífero em suas terras desde a década de 1990, essas populações chegaram ao norte do Brasil e, progressivamente, se dispersaram pelos centros urbanos de todas as regiões do país. Esse cenário inaugurou um desafio inédito de acolhimento, escancarando a incapacidade das políticas públicas brasileiras em lidar com a encruzilhada entre a migração forçada e a interculturalidade.

Ao cruzar as fronteiras geográficas impostas pelo Estado-nação, essas populações enfrentam uma dupla invisibilidade: o enquadramento em categorias burocráticas migratórias padronizadas que reduzem suas experiências à condição de “migrantes” e a ausência de respostas institucionais que articulem, de forma interseccional e intercultural, as dimensões da migração, da identidade indígena, do gênero, da infância, dos direitos humanos, entre outras. A resposta institucional brasileira frequentemente reproduz lógicas assimilacionistas que desconsideram os profundos impactos psicossociais da desterritorialização.

Entre os principais déficits na garantia de proteção social a essas populações no Brasil, destaca-se a inadequação cultural e linguística dos serviços públicos (saúde e assistência), que não estão preparados para lidar com suas especificidades organizacionais e de idioma.

Somam-se a isso as dificuldades na obtenção de documentação e de benefícios previstos pela Constituição Federal, criando barreiras de acesso a direitos básicos, além do racismo e da xenofobia frequentemente reproduzidos por agentes públicos no atendimento e acolhimento destes povos.

Para romper com essa continuidade colonial, é imperativo que o Estado e a sociedade civil, incluindo a Psicologia, estructurem redes de apoio baseadas na escuta ativa das demandas originárias, respeitando suas formas

“A resposta institucional brasileira frequentemente reproduz lógicas assimilacionistas que **desconsideram os profundos impactos psicossociais da desterritorialização.**”

próprias de organização política e de saúde comunitária.

O “Buen Vivir” como alternativa ontológica

A luta indígena na América Latina transcende a mera exigência de inclusão no sistema capitalista; ela propõe uma reformulação profunda sobre o próprio significado de desenvolvimento. Nesse contexto, destaca-se o Buen Vivir, inspirado em concepções indígenas como o Sumak Kawsay (quechua) e o Suma Qamaña (aymara), que compreendem a vida em harmonia entre os seres humanos, a natureza e sua dimensão espiritual. Originário das cosmologias indígenas e sistematizado por Carlos Viteri Gualinga (2002) a partir das reivindicações do movimento indígena equatoriano, o conceito tornou-se uma importante referência para os debates sobre território, direitos coletivos e alternativas ao modelo de desenvolvimento. –

Como apontam Acosta (2016) e Gudynas (2019), o Buen Vivir rompe com a visão antropocêntrica ocidental, que enxerga a natureza como um mero recurso a ser explorado para o crescimento econômico infinito. Em vez disso, propõe um modelo de vida



Marcelo Camargo / Agência Brasil

“O respeito aos territórios indígenas e a adoção de princípios como o **Buen Vivir** deixaram de ser apenas questões de justiça histórica para se tornarem urgências incontornáveis.”

focado na harmonia entre os seres humanos e não humanos, no equilíbrio comunitário e na sustentabilidade profunda. A força política dessa cosmologia foi tamanha que chegou a ser incorporada nas Constituições do Equa-

dor (2008) e da Bolívia (2009), marcando um feito inédito na história jurídica global.

Em síntese, a garantia do futuro das populações indígenas na América Latina exige mais do que a assinatura de tratados internacionais. Requer a desarticulação da colonialidade persistente nas instituições do Estado e, sobretudo, a disposição da sociedade não indígena para ouvir e aprender com as filosofias originárias.

O respeito aos territórios indígenas e a adoção de princípios como o Buen Vivir deixaram de ser apenas questões de justiça histórica para se tornarem urgências incontornáveis diante do deslocamento forçado, cada vez mais agravado pelo neoeextrativismo e a crise climática global. ●

Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

BALIEIRO, H. G.; CAMPOS, I. S.; MUNOZ, J. G. Desafios no acompanhamento da população indígena migrante refugiada da etnia Warao no município de Belo Horizonte. In: CIRINO, Carlos Alberto Marinho; LIMA, Carmen Lúcia Silva; MUÑOZ, Jenny González (org.). **Warao Janoko emo: uma década da diáspora dos indígenas refugiados venezuelanos para o Brasil**. Boa Vista: UERR Edições, 2024. E-book. p. 1-140.

BANCO MUNDIAL. **Latinoamérica indígena no século XXI**. Washington, DC: Banco Mundial, 2015.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Os povos indígenas na América Latina: avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos**. Santiago: CEPAL, 2014.

GUDYNAS, Eduardo. **O bem viver: para além do desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT**. Genebra: OIT, 1989.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

VITERI GUALINGA, Carlos. Visión indígena del desarrollo en la Amazonía. **Polis: Revista Latinoamericana**, n. 3, 2002.

Depoimentos

COD1G0

[nã**o** binário]

codigonaobinario.org

Vivemos uma transformação tecnológica que pode ser tão profunda quanto a chegada da eletricidade ou da internet. A inteligência artificial está se tornando uma nova infraestrutura da sociedade, capaz de reorganizar o trabalho, a educação, a economia, a comunicação e a vida cotidiana. Muitas das preocupações que surgem são legítimas: impactos sobre empregos, aumento do consumo de energia e água, pressão sobre recursos minerais estratégicos e expansão da vigilância. Ao mesmo tempo, assistimos ao acirramento da disputa pela hegemonia tecnológica e militar global, em uma corrida que já influencia cadeias produtivas, investimentos, conflitos armados e decisões geopolíticas. A IA também pode aprofundar

formas já existentes de colonialismo digital, concentrando ainda mais poder, dados e capacidade computacional em poucas empresas e potências estrangeiras, comprometendo a soberania digital de países como o Brasil. Mas este não é um cenário inevitável. O desafio é disputar os rumos dessa transformação por meio da regulação das grandes plataformas, do enfrentamento ao lobby das Big Techs, de políticas públicas ativas e do fortalecimento da capacidade pública, comunitária e nacional de desenvolver tecnologia. Mais do que consumir tecnologias, precisamos produzir tecnodiversidade e garantir que a inteligência artificial seja orientada pelos direitos humanos, pela democracia e pelo interesse público. ●

“Mais do que consumir tecnologias, precisamos produzir tecnodiversidade e **garantir que a inteligência artificial seja orientada pelos direitos humanos, pela democracia e pelo interesse público.**”

**Marlise Mattos**

UFMG

O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da UFMG, atualmente sob minha coordenação executiva, tem 42 anos de atuação ininterruptos pela defesa e promoção dos direitos humanos das mulheres. Ao longo dos últimos 20 anos, sob a minha gestão, o NEPEM promoveu inúmeras iniciativas de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para a expansão e consolidação dos direitos e da cidadania das mulheres, com foco e atenção especiais a todas as suas diferentes intersecções. O trabalho da Psicologia é, sem nenhuma dúvida, parte integrante das áreas disciplinares que constroem as nossas ações. Buscamos e tentamos fortalecer uma psicologia ativa e emancipatória que se oriente pela autono-

mia, liberdade e a promoção de reconhecimento e estima positiva para todas as mulheridades. A psicologia que nos orienta e com a qual dialogamos permanentemente tem um compromisso irrevogável com a vida das mulheres, com o enfrentamento a todas as formas de violências contra as mulheres (sejam públicas ou privadas) e com a construção de relações edificantes que permitam a cada mulher, na sua singularidade, realizar-se plenamente. O primeiro passo para a emancipação de todas nós passa necessariamente pelo amor a nós mesmas. E esse aprendizado precisa passar, precisa ser orientado por uma psicologia que nos emancipe como mulheres livres e donas do nosso próprio desejo.

“O primeiro passo para a emancipação de todas nós passa necessariamente pelo amor a nós mesmas.”

**Raquel Jenipapo**

Jovem liderança indígena

No meu entendimento enquanto mulher indígena quando falamos de letramento racial indígena, a gente não tá falando só de aprender sobre os povos indígenas na escola ou de decorar uma data no calendário. Pra mim, letramento racial indígena é entender que nós povos indígenas estamos vivos, estamos ocupando espaços e continuamos resistindo, apesar de toda a violência e do racismo que enfrentamos até hoje. E eu sempre digo que o racismo contra nós povos indígenas é muito silencioso. Muitas vezes ele aparece nas piadas, nos estereótipos, naquela ideia de que indígena de verdade é só quem vive isolado na floresta ou anda sem roupa. E isso machuca, porque tenta apagar quem nós somos hoje. Nós usamos celular, ocupamos as universidades, trabalhamos em instituições, usamos as redes sociais e mesmo assim, continuamos sendo indígenas. É importante ressaltar que uma coisa

não anula a outra. Eu acredito que o letramento racial é um convite para as pessoas conhecer a nossa história a partir da nossa própria voz, e não apenas pelos livros, mas da história contada por quem vive no território, por quem carrega a memória dos nossos ancestrais, por quem luta todos os dias para manter viva a nossa cultura, os saberes e o nosso modo de viver. E quando eu penso nisso, eu também penso muito na força de nós mulheres indígenas, porque continuamos sendo as que sustentam muita coisa dentro dos nossos territórios. Nós mulheres quem cuidamos das crianças, dos mais velhos, da alimentação, da medicina indígenas, da nossa cultura e também estamos na linha de frente das lutas pelos nossos direitos. Ocupam espaços políticos, coordenação projetos, pesquisamos, ensinamos, escrevemos e mostramos que o protagonismo indígena também tem rosto de mulher.

“Nós usamos celular, ocupamos as universidades, trabalhamos em instituições e usamos as redes sociais e, mesmo assim, continuamos sendo indígenas.”



www.cfp.org.br

 [conselhofederaldepsicologia](https://www.instagram.com/conselhofederaldepsicologia)

Acesse as edições
anteriores do
Boletim da CDH

